RECOMENDAÇÃO Nº 001/2021 -MP/1ª/2ª/3ª PJB

Destinatários: À PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE BREVES.

Referência: REFORÇO DE MEDIDAS PARA FECHAR SERVIÇOS NÃO ESSENCIAIS, COMO MEDIDA PARA CONTER AVANÇO DE CONTAMINAÇÃO POR COVID-19

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio dos Promotores de Justiça signatários, no uso de suas atribuições que lhes confere o art. 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 - CF, art. 8º, §1º e §2º, da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e art. 25, inciso IV, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *Caput*, da CF e Lei Orgânica MP nº 8.625/93, art. 1.º);

CONSIDERANDO o avanço da contaminação por Coronavírus, acarretando vítimas de COVID-19 por toda a comunidade mundial, inclusive na cidade de Breves, com a confirmação de curva acentuada de pacientes com diagnóstico positivo para a doença, com outros inúmeros casos suspeitos, e óbito, além dos casos de subnotificação;

CONSIDERANDO a informação de que rede de saúde de Belém e Região Metropolitana está saturada, não havendo mais leitos disponíveis para tratamento de pacientes acometidos pelo COVID 19 nos municípios de retaguarda;

CONSIDERANDO ainda, a diminuição significativa de leito disponíveis, ante a desativação dos Hospitais de Campanha, outrora existentes;

CONSIDERANDO o aumento do número de paciente internados no Município de Breves que em apenas dois dias passou de 03 pacientes internados para 12 pacientes internados;

CONSIDERANDO que caso não sejam adotadas medidas mais restritivas, o aumento de leitos efetivado pelo governo do Estado nesta data não conseguirá acompanhar o número de novos casos;

CONSIDERANDO que o Hospital Regional de Breves, além de atender a demanda de Breves, também é responsável por atender pacientes de outros municípios a saber: Melgaço; Curralinho; Portel; Bagre; Gurupá e Anajás;

CONSIDERANDO a quantidade crescente de profissionais da área de saúde e da segurança pública que já estão doentes, diminuindo, assim, o quadro efetivo de profissionais que cuidam do bem estar de todos os munícipes, e no último caso, os que fiscalizam o cumprimento das normas jurídicas;

CONSIDERANDO que a vida é o bem mais importante de todos, e que é obrigação de todos, em especial do gestor municipal, zelar pela vida de todos os seus munícipes;

CONSIDERANDO que a COVID-19 tem como a característica diferenciada de contágio rápido e silencioso, inclusive com assintomáticos e contaminados dentro da janela média de incubação de 14 dias transmitindo o vírus;

CONSIDERANDO a existências de novas variantes do vírus, muito mais transmissíveis e perigosos;

CONSIDERANDO que a velocidade da propagação da doença é maior que a capacidade de incremento das estruturas de saúde pública e privada para atender a grande número de infectados ao mesmo tempo, ainda que a taxa média de pacientes graves com necessidade de internação seja de 5% (cinco por cento);

CONSIDERANDO os fatos notórios de: (i) falta de EPIs no Brasil e no mundo para distribuição a todos os profissionais de saúde e agentes de fiscalização e, ainda, para a população em geral; (ii) falta de laboratórios que conseguem processar os testes da COVID-19 no território brasileiro; (iii) os sintomas dessa doença podem surgir em até duas semanas após o contágio; (iii) crescimento dos casos suspeitos e passíveis de teste em velocidade maior que a capacidade de processamento dos testes pelos laboratórios nacionais; e (iv) dificuldade na produção e na aquisição de EPIs;

CONSIDERANDO que a curva epidemiológica dos municípios está em ascensão, que os índices de isolamento social não são satisfatórios, que a rede pública e privada de saúde já se encontra em colapso e que não há testes para abranger um número maior de pessoas.

CONSIDERANDO que o estudo produzido pelo “London School of Hygiene & Tropical Medicine” estima que os casos notificados oficialmente no Brasil representam aproximadamente 11% do total de pessoas efetivamente contaminadas com a COVID-19 (leia-se que dentre 10 portadores do vírus, 09 pessoas não são identificadas como contaminadas pela COVID-19)¹

1 ¹ Estudo: “Using a delay-adjusted case fatality ratio to estimate under-reporting” - London School of Hygiene & Tropical Medicine https://cmid.github.io/topics/COVID19/severity/global_cfr_estimates.html

Resolve **RECOMENDAR** ao Município de **Breves na pessoa do** Prefeito **JOSÉ ANTÔNIO AZEVEDO LEÃO** e da Secretária de Saúde do Município, **JUCINEIDE ALVES BARBOSA**, que:

1 - Promovam a edição de atos normativos aditivos às medidas dos Decretos Municipais de forma a prever nos próximos 15 (quinze) dias, em razão do avanço da pandemia no Estado do Pará, **regulamentação do funcionamento apenas dos serviços públicos e atividades essenciais**, prescrevendo-se, por exemplo, lotação máxima nesses ambientes, a obrigação de se observar as distâncias mínimas entre as pessoas e demarcação no piso para que haja formação de fila de acordo com a distância mínima necessária, **mantendo fechado os serviços não essenciais, seguindo as orientações das autoridades de saúde;**

2 - Implementem e reforcem as medidas de fiscalização para a efetivação do Decreto;

3 – Implementem por bairro e comunidades rurais as ações educativas e ferramentas e metodologia utilizadas para ratificar aos particulares a necessidade de evitar reuniões e aglomerações de pessoas;

4 – Divulgue essa Recomendação no site e nas redes sociais da Prefeitura;

5 – Divulgue DIARIAMENTE o boletim epidemiológico no site e nas redes sociais da Prefeitura;

6 – Divulgue DIARIAMENTE o vacinômetro no site e nas redes sociais da Prefeitura;

Os destinatários desta Recomendação deverão dar cumprimento aos termos da presente, em ato imediato ao seu recebimento, informando ainda, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre o acatamento da presente Recomendação e sobre as providências efetivamente adotadas para a sua efetivação.

REGISTRE-SE e PUBLIQUE-SE, pelos meios disponíveis de divulgação no âmbito do Ministério Público, bem como com afixação desta Recomendação no quadro de aviso no átrio da Promotoria de Justiça e divulgação nas rádios locais.

Publique-se e Cumpra-se.

Breves/PA, 18 de março de 2021.

Arthur Diniz Ferreira de Melo
Promotor de Justiça titular da 3ª Promotoria de Justiça
de Breves

Harrison Henrique da Cunha Bezerra
Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça
de Breves

Patrícia Carvalho Medrado Assmann
Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de
Justiça de Breves